

Compromissos amplificados e parcerias para uma ação acelerada:

Declaração de Roma da Sociedade Civil sobre o ODS16+

Maio 2019

Preâmbulo

Recordando Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, reafirmamos que é de fato "Nós, os Povos" que estamos engajados na trajetória para 2030. Enquanto líder na definição da visão e na criação de uma dinâmica para criar e implementar esta agenda ambiciosa, a sociedade civil lembra aos Estados-Membros e à comunidade internacional que é apenas esta abordagem coletiva é que se poderá garantir o seu êxito. Uma participação significativa é fundamental para a Agenda 2030 e, particularmente relevante para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS16) e para os seus objetivos e metas relacionados à paz, justiça e inclusão.

A Agenda 2030 é para as pessoas, para a prosperidade e para o planeta - e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a acompanham - representam componentes indivisíveis e inter-relacionados de todo o quadro de desenvolvimento sustentável. O ODS16, no entanto, é tanto um objetivo autónomo como um alicerce fundamental para todos os outros ODS. Como resultado, o ODS16 é agora comumente referido como "ODS16+" - refletindo a interdependência da paz e do desenvolvimento, bem como ligações existentes com outros objetivos e metas, como a igualdade de gênero no ODS5 e a redução das desigualdades no ODS10 que incorporam compromissos mais amplos com a paz, a justiça e a inclusão. O cumprimento das metas do ODS16 tem impacto na capacidade global do mundo de alcançar o desenvolvimento sustentável.

Fazer o balanço dos progressos alcançados a nível global no sentido da realização dos ODS16+ é uma parte importante para determinar o enfoque futuro. Com o ODS16 sendo avaliado pela primeira vez no Fórum Político de Alto Nível (HLPF) e os ODS sendo avaliados pela primeira vez na Cúpula dos ODS durante a abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o ano 2019 marca uma oportunidade sem precedentes para intensificar os esforços coletivos para a implementação do ODS16+. Para contribuir para isso, as organizações da sociedade civil (OSC) de todo o mundo reuniram-se em Roma, Itália, em 26 de maio de 2019, no quadro contexto da Conferência do ODS16 (Conferência de Roma), após uma série de amplas consultas, organizadas agendada pelo UNDESA, pelo IDLO e pelo Ministério das Relações Exteriores italiano, em jeito de preparação para o Fórum Político de Alto Nível 2019. O documento final resultante da Sociedade Civil - uma ação *Compromisso simplificado e Parcerias para a Aceleração da Acção: A Declaração da Sociedade Civil de Roma sobre o ODS16+ (Declaração de Roma)* - destaca as principais áreas prioritárias da sociedade civil, recomendações e um apelo urgente à ação para alcançar o verdadeiro potencial transformador do ODS16+.

Como sociedade civil, apelamos a todos os atores, incluindo Estados-Membros, órgãos das NU, agências multilaterais, doadores, setor privado, OSCs, grupos de reflexão (think thanks), instituições de pesquisa e outros para que coletivamente acelerem e aumentem os esforços em todos os objetivos e metas relevantes dos ODS para combater as desigualdades estruturais, a discriminação de gênero, racial e outras formas de discriminação e violência. Essas formas de

exclusão e marginalização são obstáculos estruturais que devem ser ultrapassados para a realização da Agenda 2030.

Introdução

- Tal como reconhecido pelas Declarações Políticas do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas (HLPF) e outras análises das Nações Unidas e da sociedade civil, a realização do ambicioso ODS16+ é confrontada com numerosos desafios e obstáculos estruturais.
- Coletivamente, o mundo está fora do caminho certo na realização da Agenda 2030 e, conseqüentemente assim, na realização de sociedades inclusivas e pacíficas. Em todo o mundo, mais de 40 países estão em conflito ativo e 92 países tornaram-se menos pacíficos nos últimos 10 anos. A violência causa 1,6 milhões de mortes em todo o mundo a cada ano e 5,1 bilhões de pessoas têm necessidades de justiça não atendidas globalmente.
- No ano passado, os ataques aos defensores dos direitos humanos e da justiça multiplicaram-se cada vez mais; apenas na área da justiça ambiental, 321 defensores foram mortos em 2017. A sociedade civil enfrenta barreiras à sua participação, relacionadas ao financiamento inadequado, restrições de vistos, e no escopo, conteúdo e acompanhamento de toda a participação.
- Desigualdades estruturais, aumento do autoritarismo, exclusão e tokenização, capacidade inadequada e falta de vontade política para abordar questões de paz, justiça e governança limitam o avanço da agenda. As despesas militares mundiais aumentaram e atingiram 1.739 bilhões de dólares em 2017. Menos de 2% da Ajuda oficial ao Desenvolvimento (ODA) é gasto em sistemas de justiça, e o financiamento para a justiça diminuiu 40% nos últimos 5 anos.
- Entretanto, verifica-se uma tendência crescente para autorizar as despesas com a segurança militar como uma contribuição "progressiva" para o ODS16+, apesar dos riscos de comprometer os esforços para a paz e desenvolvimento.
- Abordar as causas subjacentes do conflito, da insegurança e da injustiça sistêmica é melhor feita através de investimentos a longo prazo e a montante e execução de ações imediatas precoces para combater a marginalização e as desigualdades, promover a inclusão e apoiar o desenvolvimento econômico e humano.

Nossos princípios e compromissos compartilhados

- A visão e a implementação dos ODS são guiadas por uma série de princípios e compromissos fundamentais.
- **Não deixar ninguém para trás** está no centro da Agenda 2030 e deve ser o ponto de partida para as nossas estratégias, políticas, financiamento e execução de nossas ações. Nossa energia coletiva deve, antes de tudo, alcançar aqueles que são marginalizados por causa de seu sexo, gênero, raça, etnia, idade, habilidade, classe social, orientação sexual

primeiro. Devemos dar maior ênfase à satisfação das necessidades e à garantia dos direitos daqueles que correm maior risco de ficar para trás com abordagens inclusivas que sejam sensíveis à idade e ao género, com um enfoque especial nas pessoas que vivem com HIV/SIDA, pessoas com deficiência, indígenas, refugiados, deslocados internos, migrantes, crianças e jovens e as mulheres.

- **Uma abordagem dos ODS baseada nos direitos humanos é uma obrigação**, não uma opção. A proteção dos direitos humanos e das liberdades de todas as pessoas deve ser o ponto de partida para todo o trabalho relacionado com os ODS. Garantir uma governação inclusiva e participativa, superar a legislação discriminatória e promover a proteção social que apoia os direitos económicos, sociais e culturais é fundamental. A sociedade civil deve ser capaz de representar e consultar adequadamente as comunidades locais e os grupos de base para assegurar uma responsabilização a esse nível.
- **Adotamos uma abordagem centrada nas pessoas para cumprir os ODS.** As visões, necessidades e experiências das pessoas mais afetadas pelos problemas em questão são fundamentais para determinar nossa análise, estratégia, defesa e sua implementação. Isso requer a participação significativa de grupos em risco nos processos de tomada de decisão, paz e governança, de acordo com o Princípio do Rio 10. As mulheres e os jovens desempenham um papel fundamental como construtores da paz em todos os níveis, por exemplo. Para que a sociedade civil desempenhe o seu papel, devem ser reduzidos a contracção do espaço, o aumento de ataques e a escassez e volatilidade de oportunidades de financiamento para a sociedade civil e os defensores dos direitos humanos.
- **Procuramos proteger o planeta** e garantir a integridade dos ecossistemas, nomeadamente através da aceleração da aplicação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) e da promoção de acções climáticas que tenham em conta as questões de género, com uma participação inclusiva e significativa, prevenção de conflitos.
- **Uma abordagem integrada e universal** deve ser a base da implementação de todos os ODS, especialmente do ODS16+. É a natureza global, indivisível e plenamente integrada dos ODS que torna estes objetivos potencialmente transformadores para todos. A universalidade da agenda nos obriga a construir a paz com base na participação inclusiva, na justiça económica, ambiental e social, e em instituições inclusivas, são responsáveis tanto a nível interna extraterritorialmente, com base nos princípios dos direitos humanos. Também, requer a garantia de uma coordenação significativa e inclusiva dentro dos governos, entre diferentes ministérios e partidos políticos, e com os parceiros no desenvolvimento de estratégias nacionais ou setoriais, e na coleta de dados e relatórios sobre o progresso. Resultados inclusivos que conduzam a resultados sociais, políticos e económicos devem ser o foco desses esforços.

Recomendações

Prosseguir as abordagens integradas e as interligações para obter resultados inclusivos

- Apelamos a todos os atores para que adotem uma abordagem centrada nas pessoas e baseada nos direitos humanos ao longo do desenvolvimento e implementação do ODS16+ -- e de todas as suas políticas e práticas relacionadas.
- Os atores devem usar a legitimidade da Agenda 2030 para convocar diferentes comunidades para colaborar na implementação integrada e coordenada, e assegurar ligações eficazes entre os três componentes dos ODS16 que se reforçam reciprocamente.
- Especificamente, apelamos a todos os atores que:
 - Garantir que todos os planos nacionais de desenvolvimento e o apoio internacional ao desenvolvimento integrem e priorizem todas as metas relevantes dos ODS16+.
 - Apoiar as capacidades locais e subnacionais de diferentes partes interessadas e comunidades na matéria de prevenção de conflitos e construção da paz, incluindo, mas não se limitando a: mecanismos alternativos de resolução de conflitos (tais como o processo de mediação inclusiva que inclui opiniões das populações locais afetadas por conflitos sobre questões como os direitos à terra); a implementação de acordos de paz inclusivos; e esforços para promover uma cultura de não-violência e paz através da educação.
 - Garantir abordagens universais, oportunas e acessíveis centradas nas pessoas para o acesso à justiça, de modo que "todos sejam realmente iguais perante a lei"; e trabalhar de forma colaborativa e eficaz através de sistemas de justiça formais e informais para garantir a igualdade de acesso à justiça para todos, promovendo o empoderamento jurídico.
 - Reforçar o apoio às instituições eficazes, transparentes e responsáveis, prestando especial atenção ao reforço do poder político dos grupos vulneráveis em posições de tomada de decisão a todos os níveis de governança.
 - Melhorar e adotar leis nacionais e desenvolver e implementar estratégias holísticas, centradas nas pessoas, conectando o ODS16+ aos planos de ação nacionais para implementar a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança e a Resolução 2250 do CSNU sobre Juventude, Paz e Segurança.
 - Realizar análises de conflito multissetoriais e sensíveis ao gênero e necessidades dos jovens e multissetoriais que conduzam a um melhor alinhamento de prioridades e ações conjuntas que para priorizar e combater a corrupção.

- Apoiar a elaboração de orçamentos participativos e instituições representativas e responsáveis a nível local, incluindo a proibição da exportação de armas para as partes em conflito.
- Levantar em conta as visões e capacidades locais, proteger a legitimidade da sociedade civil, incluir novas partes interessadas, como líderes religiosos e líderes tradicionais e grupos baseados na fé, e incluir uma participação significativa de mulheres, crianças, jovens, minorias e outros grupos vulneráveis e marginalizados nos processos de tomada de decisão.

Mobilizar e ampliar compromissos e investimentos

- O apoio e os compromissos para com o ODS16+ são gravemente insuficientes, com um subfinanciamento bruto e falta sub-abastecimento de recursos para os trabalhos relacionados. Investir em instituições e processos inclusivos, legítimos, representativos e responsáveis que promovam a coesão social, política e económica e salvaguardem a paz, a justiça e instituições fortes e centradas nas pessoas é vital para acelerar o progresso na implementação do ODS16+.
- Está na hora de usar o Fórum Político de Alto Nível e a Cúpula dos ODS para "mobilizar mais acções para acelerar a implementação."
- Para aumentar adequadamente os compromissos e investimentos nesta agenda, os intervenientes devem:
 - Vir para o Fórum Político de Alto Nível 2019 e para a Cúpula dos ODS com novos compromissos significativos, concretos e ambiciosos sobre como acelerar o progresso na implementação dos ODS16+ nos seus contextos.
 - Aumentar os investimentos na sociedade civil e das abordagens locais que respeitem a sua independência na implementação da agenda do ODS16+, aumentando os fluxos de ajuda global e a percentagem de ODA, os orçamentos nacionais e o financiamento sectorial específico, com especial ênfase nos contextos mais frágeis, dando resposta às necessidades de segurança humana, promovendo o acesso à justiça e os esforços de capacitação jurídica e colocando os mais prejudicados em primeiro lugar.
 - Acabar com o aumento das despesas militares em segurança à custa da paz, dos direitos humanos e da justiça. A prevenção de conflitos e o financiamento da paz devem ter prioridade sobre os gastos em defesa e militarização.
 - Rever os processos de orçamentação para prestar um apoio global às áreas prioritárias dos ODS16+, e garantir que estes processos sejam inclusivos e participativos.

- Criar um "Fundo Desafio ODS16+" para ajudar a apoiar as organizações da sociedade civil que trabalham à nível de base para avançar com as ambições da agenda.
- Dar prioridade à redução dos fluxos financeiros ilícitos, incluindo a evasão sonegação e a fraude fiscal offshore, e à promoção da justiça fiscal em conformidade com os compromissos de financiamento do desenvolvimento assumidos no Acordo de Adis Abeba.
- Catalisar investimentos e inovações do setor privado para avançar as prioridades do ODS16+ em linha com os padrões e acordos internacionais relevantes de acordo com os princípios de direitos humanos.

Aumentar os reforços da capacitação para a implementação

- As necessidades de capacitação e as lacunas entre a sociedade civil representam uma das principais barreiras para acelerar a ação em torno da implementação e monitoramento do ODS16, especialmente nos níveis local e de base.
- Especificamente, apelamos a todos os atores que:
 - Melhorar o reforço de capacidade a capacitação da sociedade civil para resolver as lacunas em matéria de coleta de dados, monitorização e elaboração de relatórios sobre os ODS16, sensibilização e inclusão nas Revisões Nacionais Voluntárias, nas políticas públicas e nos processos orçamentais.
 - Envolver a sociedade civil local e de base que de outra forma seriam difíceis de alcançar e mobilizar, reforçando os recursos e ferramentas da sociedade civil existentes para permitir que esses atores locais apoiem a implementação dos ODS16+ aos níveis locais.
 - Assegurar apoio financeiro essencial, contínuo e sustentado às OSC para apoiar o reforço das capacidades de execução.
 - Reconhecer o papel fundamental que a sociedade civil pode desempenhar na capacitação e reforço da capacidade dos Estados-Membros e de outros atores para implementar os compromissos do ODS16+.

Fortalecer os dados, o monitoramento e a prestação de contas

- A sociedade civil é um interveniente essencial no apoio e complemento do trabalho dos Estados-Membros na coleta, monitorização e relatórios de dados para os ODS16. O envolvimento das OSCs com atores, instituições, processos e mecanismos relevantes, principalmente a nível nacional ou local, procura equilibrar abordagens formais e informais para melhorar a responsabilização pelos ODS.
- Os dados não oficiais recolhidos pela sociedade civil podem preencher lacunas metodológicas e conceituais nos dados do ODS16 através de abordagens e parcerias inovadoras, e também reduzir a pressão sobre a capacidade dos institutos nacionais de estatística através de parcerias estratégicas com coletores de dados oficiais.

- Para reorientar os esforços para alcançar os objetivos e metas dos ODS16 , devem ser tomadas medidas imediatas para apoiar dados, monitoramento e prestação de contas adequados. Para isso, os atores devem:
 - Rever anualmente o ODS16 no Fórum Político de Alto Nível, semelhante ao ODS17, dada a sua natureza transversal que sustenta toda a agenda 2030.
 - Fornecer uma plataforma para a recolha de "Relatórios em Destaque" dos ODS da sociedade civil, e incluir estes relatórios como contribuições oficiais nos processos das Revisões Nacionais Voluntárias no Fórum Político de Alto Nível.
 - Incluir fontes de dados não oficiais juntamente com fontes de dados oficiais no monitoramento formal global e nacional da implementação do ODS16 , incluindo nos esforços para acompanhar o progresso em relação a não deixar ninguém para trás.
 - Apoiar os indicadores oficiais adicionais propostos pelo IAEG-SDG relativos ao 16.3 sobre justiça civil, 16.6 sobre confiança nas instituições públicas e 16.10 sobre liberdades fundamentais.
 - Assegurar a criação de mecanismos institucionais transparentes, responsáveis e independentes para controlar a aplicação efetiva dos instrumentos regionais e internacionais ratificados.
 - Desenvolver orientações práticas analíticas e operacionais sobre como o ODS16+ pode melhor promover o impacto de outros ODS.
 - Encorajar o sector privado a abordar questões sistémica de prestação de contas que as empresas criam em torno de seguintes sectores: corrupção, recuperação de activos roubados, evasão fiscal, indústrias extractivas, transparência e investimento ético e outros.

Promover a participação e as parcerias significativas e inclusivas

- Apelamos a todos os intervenientes para que adotem uma abordagem de "whole-of-society" para enfrentar os desafios da paz, da justiça, da inclusão e do desenvolvimento.
- Para isso, as estratégias de implementação devem envolver todos os ministérios relevantes do governo, a sociedade civil, os parceiros implementadores e outras partes interessadas, incluindo jovens, mulheres, minorias e outros grupos vulneráveis e marginalizados.
- As instituições devem mudar do foco na inclusão para a priorização de uma participação significativa que permita que todas as pessoas e cidadãos responsabilizem seus governos através de mecanismos acessíveis, abertos e transparentes.
- Para promover e fomentar uma participação e parcerias significativas, os intervenientes devem:

- Criar mecanismos para permitir a formulação de políticas inclusivas e participativas em todas as políticas nacionais, regionais e globais relacionadas ao ODS16+. Isto inclui a integração de sociedade civil e outras partes interessadas no âmbito das atividades de desenvolvimento sustentável - desde o planejamento ao processo orçamentario, das conversas aos processos que visam a coesão social, a paz duradoura e a justiça.
- Encorajar e promover a participação significativa da sociedade civil nos processos de elaboração de relatórios nacionais e incluir as suas contribuições nas análises oficiais do governo.
- Criar oportunidades significativas para a sociedade civil que trabalha a nível local e de base, especialmente os países de sul, para se envolver e ter voz nos principais fóruns políticos sobre a implementação da Agenda 2030.

Proteger a sociedade civil e expandir o espaço cívico

- A participação da sociedade civil e o envolvimento dos cidadãos são vitais para a realização da agenda do desenvolvimento sustentável, especialmente a nível local e de base.
- Por conseguinte, é vital assegurar a proteção adequada destes intervenientes e criar um ambiente operacional que lhes permita impulsionar a sua aplicação.
- Apelamos aos intervenientes, e especialmente aos Estados-Membros, para que tomem medidas imediatas no sentido de reforçar a protecção da sociedade civil e combater a diminuição do espaço cívico:
 - Expandir o espaço da sociedade civil e criar um ambiente propício em que a sociedade civil possa operar e reunir-se de forma livre e segura, em conformidade com a Resolução de 2016 do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas sobre o espaço da sociedade civil, especialmente em contextos frágeis e afetados por conflitos.
 - Proteger todos os direitos humanos e liberdades, incluindo o pleno acesso à informação para todos, em conformidade com as normas internacionais.
 - Proteger os defensores dos direitos humanos e da justiça, monitorando e relatando os ataques com a contribuição da sociedade civil, reconhecendo formalmente esses atores e pondo fim à impunidade contra os ataques.
 - Respeitar a independência dos atores da sociedade civil, dos defensores dos direitos humanos e dos defensores da justiça para promover a responsabilização pela agenda de desenvolvimento sustentável, inclusive em questões críticas e garantir a salvaguarda desses grupos.
 - Acabar com a perseguição e o assédio à sociedade civil por se envolver em questões do ODS16+ e mecanismos de responsabilização, tais como as Revisões Nacionais Voluntárias.

Chamado ou Convite para Ação

- Passaram quase dez anos desde que a comunidade internacional começou a imaginar e depois a conceber o que é agora a Agenda 2030 e os ODS - um quadro para o desenvolvimento sustentável que esperávamos que falasse das experiências vividas de exclusão, desigualdade, conflito, degradação ambiental, violência e pobreza enfrentadas por muitos povos em todo o mundo.
- A Agenda 2030 foi concebida para trazer benefícios a todas as pessoas, especialmente as mais vulneráveis e marginalizadas, incluindo mulheres, crianças e jovens, garantindo liberdades básicas, como o direito de participar na tomada de decisões; restringindo abusos como a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos, incluindo evasão fiscal offshore e fraude fiscal, daqueles que mais precisam dela; garantindo acesso à justiça e identidades jurídicas; e comprometendo-se a acabar com todas as formas de violência e desigualdade.
- Hoje, porém, estamos atrasados na realização das ambições da Agenda 2030, - em não deixar ninguém para trás e em implementar os compromissos para construir uma sociedade mais pacífica, justa e inclusiva. De fato, enfrentamos a realidade premente de que, em muitos países e comunidades, o progresso em torno dos ODS16 e da Agenda 2030 está a recuar.
- O tempo para uma ação comprometida, urgente e significativa é agora.
- Nós, como sociedade civil, apelamos a todos os intervenientes - e especialmente aos Estados-Membros e às agências internacionais - para que cumpram os seus compromissos e acelerem a ação para construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas. Até à próxima revisão do ODS16 , esperamos ver progressos nos seguintes domínios:
- **Prosseguir abordagens integradas e interligações para resultados inclusivos.** Implementar o ODS16+ de forma integrada, garantindo que todos os planos de desenvolvimento internacional e nacional priorizem as metas do ODS16 e envolvam significativamente todas as partes interessadas (ver partes concernentes) nos processos de implementação.
- **Mobilizar e ampliar compromissos e investimentos.** Chegou o momento de chegar ao Fórum Político de Alto Nível 2019 e à Cúpula dos ODS com compromissos novos, significativos, concretos e ambiciosos sobre a forma de acelerar os progressos em matéria de ODS16+. Os Estados-Membros devem intensificar os investimentos, permitindo a mobilização de recursos locais e reduzindo os fluxos financeiros ilícitos, incluindo a evasão fiscal offshore e a corrupção fiscal. Devem rever os processos orçamentais para prestar apoio global aos domínios prioritários do ODS16+ e criar um "Fundo de Desafio ODS16+" para ajudar a apoiar as organizações da sociedade civil que trabalham no terreno para fazer avançar as ambições da agenda.

- **Aumentar a capacitação para a implementação.** Existem lacunas crítica de capacidade em todos os grupos de partes interessadas que trabalham com o ODS16+, especialmente ao nível das bases. É essencial mobilizar os recursos necessários para atender a essas necessidades. Todos os atores que trabalham para implementar o ODS16+ - incluindo os próprios órgãos governamentais - precisam que suas capacidades sejam reforçadas para que haja uma mudança real.
- **Reforçar os dados, a monitorização e a responsabilização.** Os dados não oficiais provenientes da sociedade civil devem ser usados juntamente com os dados oficiais, a fim de garantir resultados baseados em evidências. Os processos de responsabilização devem ser oportunos, transparentes e participativos. O ODS16 deve ser revisto todos os anos - assim como o ODS17.
- **Promover a participação e as parcerias inclusivas.** A sociedade civil deve ser um ator-chave nos processos oficiais de elaboração de políticas, planeamento, orçamentação e elaboração de relatórios entre objetivos e setores, incluindo as Revisões Nacionais Voluntárias e projectos que visem a coesão social. É especialmente importante que as organizações locais e de base Sul Global tenham uma única voz e oportunidade para se envolverem em fóruns políticos chave como o Fórum Político de Alto Nível sobre a implementação dos ODS.
- **Proteger a sociedade civil e expandir o espaço cívico.** As tendências globais mostram que o espaço cívico está a diminuir. Os defensores dos direitos humanos e da justiça estão cada vez mais sob ataque e o ano passado foi o ano mais perigoso já registrado. O espaço cívico deve ser expandido para criar um ambiente propício no qual a sociedade civil possa operar, reunir e garantir a responsabilização de prestação de contas de forma livre e segura.
- Adotar uma abordagem centrada nas pessoas para todos os itens acima. As pessoas - incluindo mulheres, crianças, jovens e outros grupos marginalizados e vulneráveis - estão no centro da implementação do ODS16, e isto precisa ser refletido nas nossas abordagens sobre segurança, justiça e inclusão social, económica e política.

Nosso compromisso coletivo

- As organizações da sociedade civil que trabalham com o ODS16+ comprometem-se com as seguintes ações para acelerar a implementação. Vamos:
 - Melhorar a base de dados evidentes evidências do que funciona para reduzir a violência, construir a paz, fortalecer as instituições de governança e promover a justiça.
 - Continuar a inovar e investir em soluções adaptáveis escaláveis para reduzir a violência, construir a paz, fortalecer as instituições de governança e promover a justiça.

- Envolver-se em advocacia coletiva para apelar a uma ação acelerada na Agenda 2030 e responsabilizar outros atores pelos compromissos assumidos.
 - Apelo ao apoio para defender o espaço político necessário para que a sociedade civil desempenhe o seu papel de parceiro de confiança na realização da Agenda 2030.
 - Pedir uma revisão anual dos ODS16, dada a sua natureza transversal que sustenta o progresso de toda a Agenda 2030.
 - Pedir que se concentre em não deixar ninguém para trás e que os mais prejudicados sejam atingidos primeiro.
 - Continuar a solicitar a plena inclusão e participação significativa de todos os grupos de partes interessadas na realização da Agenda 2030.
 - Trabalhar em conjunto com organizações parceiras e todos os outros atores-chave e partes interessadas - incluindo comunidades locais.
 - Trabalhar em conjunto para sensibilizar coletivamente sobre a importância da Agenda 2030 e, em especial, para o papel dos ODS16 nesse contexto.
- As organizações da sociedade civil estão prontas para aumentar a conscientização, galvanizar compromissos, colaborar, acompanhar o progresso, engajar-se e fortalecer as comunidades - especialmente as mais atrasadas. Comprometemo-nos a fazer com que a paz, a justiça e a inclusão ganhem vida com e através dos nossos esforços e instituições coletivas até 2030.

Endorsing organizations:

- ARTICLE 19
- ENDA Tiers-Monde
- Regional Centre for International Development Cooperation (RCIDC)
- Labour, Health and Human Rights Development Centre
- International Federation of Library Associations and Institutions
- Cordaid
- Namati
- Justice For All campaign
- Asia Development Alliance
- Civil Society Platform for Peacebuilding and Statebuilding / CSPPS
- Centre for Human Rights and Climate Change Research
- Tifa Foundation
- Osi Joe Touching Lives Initiative
- Angels in the Field
- AfroLeadership
- Italian Diplomatic Academy
- Alliance for Development Association For Promotion Sustainable Development
- African Law Foundation
- World Council for Youth and Diplomacy
- National Campaign For Sustainable Development- Nepal
- Democracy and Development Associates- Sierra Leone (DADA-SL)
- Bangladesh NGOs Network for Radio and Communication
- Kadesh International
- The Peacebuilding Project
- International Federation of Women in Legal Careers
- International Federation of Women Lawyers
- Kaisahan tungo sa Kaunlaran ng Kanayunan at Repormang Pansakahan Incorporated
- Universal Rights Network
- CEHRDF BANGLADESH
- Asia Dalit Rights Forum
- Christian Legal Society of Zimbabwe
- Bangladesh Model Youth Parliament
- Centre de Défense des Droits de l'Homme et Démocratie (CDHD)
- CSYM HUDUMIA- VIJANA- (Christian Spiritual Youth Ministry)
- Global Forum for Media Development (GFMD)
- Sierra Leone War Trust for Children
- Leadership4SDGs Foundation
- World Federalist Movement - Canada
- Alliance for Peacebuilding
- Center for Economic and Social Rights (CESR)
- +Peace
- Confédération Nationale des Travailleurs du Sénégal (CNTS)
- Democracy Without Borders
- Institute for Democratic Governance & Development (IDEGD)
- Bua urban Youth Network
- Social Economic and Governance Promotion Centre(SEGP)
- THE CENTER OF INTERNATIONAL HUMANITARIAN LAW & HUMAN RIGHTS
- Local youth corner
- Unissons-nous pour la Promotion des Batwa" UNIPROBA"
- Centre for Sustainable Development and Education in Africa
- CECADE, Centro de Capacitación y promoción de la Democracia.
- Mercy Corps
- The People's Fund for Global Health and Development
- Partnership for Transparency Fund
- Point Focal I National CSPPS
- Economic Justice Network Sierra Leone.
- The Council for International Conflict Resolution (RIKO)
- AdvocAid Sierra Leone
- Global Partnership for the Prevention of Armed Conflicts (GPPAC)
- World Vision
- Global Network of Women Peacebuilders
- African Youth SDGs Summit
- Plattform Zivile Konfliktbearbeitung
- Musawj
- International Partnership and Development Organization

